



GOVERNO MUNICIPAL
CAMPOS DO JORDÃO

DECRETO Nº 8.881, DE 12 DE MAIO DE 2025.

Concede o uso de área pública à empresa Terra Campos Ambiental, contratada em regime de Parceria Público-Privada para Gerenciamento dos Resíduos Sólidos Urbanos.

CARLOS EDUARDO PEREIRA DA SILVA, Prefeito da Estância Turística de Campos do Jordão, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, na Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e demais legislações pertinentes, bem como o Contrato de Parceria Público-Privada, conforme concorrência pública nº 007/2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido à empresa Terra Campos Ambiental, inscrita no CNPJ sob o nº 37.155.919/0001-64, com sede em Rua José Correa, 700 – Floresta Negra, o uso da área pública com as seguintes características e confrontações:

“ Uma gleba de terras, designada sob o nº 3, desmembrada de maior área na antiga Fazenda Santa Mathilde, situada no lugar denominado Santa Clara, no Bairro Vila Ekman, com a área de 14.030,00 m² (quatorze mil e trinta metros quadrados), e com as seguintes divisas e confrontações: - tem início no eixo da estrada que vai do Km 200, ao Palácio do Governo, num ponto situado a 70,00ms do areal, e segue nos seguintes rumos verdadeiros e distâncias de:- 47º 00' S.E. 90,50ms limitando-se com a gleba designada sob nº 1; 32º 01' S.W. 46,25ms; 62º 46' S.W. 95,90ms; e 14º 32' SW 109,00ms; até o eixo da estrada limitando-se com propriedade dos adquirentes ou sucessores, vira à direita e segue pelo eixo da estrada, na direção do Palacio do Governo, na distância de 278,00 ms até o ponto de partida”. Matrícula Imobiliária: 3.425, Cadastro Municipal: 01.900.964

C



**GOVERNO MUNICIPAL
CAMPOS DO JORDÃO**

Art. 2º. A concessão de uso da área pública tem como finalidade exclusiva a execução e operação do objeto da Parceria Público-Privada, conforme concessão nº 007/2019, que consiste em Gerenciamento dos Resíduos Sólidos do Município.

Art. 3º. O prazo desta concessão de uso será o mesmo prazo de vigência do Contrato de Parceria Público-Privada nº 007/2019, iniciando-se na data de publicação deste Decreto e extinguindo-se em 2049, podendo ser prorrogado nos termos do referido contrato e da legislação aplicável.

Art. 4º. São obrigações da empresa concessionária, além daquelas estabelecidas no Contrato de Parceria Público-Privada nº 007/2019:

I - Utilizar a área pública exclusivamente para a finalidade prevista no Art. 2º deste Decreto.

II - Manter a área em perfeitas condições de conservação e limpeza, responsabilizando-se por quaisquer danos que venha a causar ao patrimônio público ou a terceiros em decorrência do uso da área.

III - Obter todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias para a execução e operação do objeto da PPP junto aos órgãos competentes.

IV - Cumprir todas as normas ambientais, urbanísticas e de segurança aplicáveis.

V - Não ceder, transferir, sublocar ou onerar, de qualquer forma, os direitos decorrentes desta concessão de uso, sem prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

VI - Restituir a área pública ao Poder Concedente, ao término da concessão, livre de quaisquer ônus ou ocupações, no estado em que a recebeu, salvo as benfeitorias incorporadas e previstas no Contrato de PPP.

VII - Permitir o livre acesso de representantes do Poder Concedente para fins de fiscalização do cumprimento das obrigações estabelecidas neste Decreto e no Contrato de PPP.

Art. 5º. O Poder Concedente poderá, a qualquer tempo, realizar vistorias na área objeto desta concessão de uso, a fim de verificar o cumprimento das condições estabelecidas.

Art. 6º. O descumprimento das obrigações estabelecidas neste Decreto e no Contrato de Parceria Público-Privada nº 007/2019 poderá ensejar a revogação desta

C



**GOVERNO MUNICIPAL
CAMPOS DO JORDÃO**

concessão de uso, sem prejuízo das demais sanções contratuais e legais cabíveis, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 7º. As benfeitorias que vierem a ser realizadas na área pública pela empresa concessionária, em conformidade com o Contrato de Parceria Público-Privada nº 007/2019, seguirão o regime jurídico estabelecido no referido contrato.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura da Estância Turística de Campos do Jordão
Aos 12 de maio de 2025.

CARLOS EDUARDO PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado de acordo com as formalidades legais pelo

SGSAO, em 12 de maio de 2025.

CECÍLIA CARDOSO DE ALMEIDA

Chefe do Setor de Atos Oficiais